

No DNER, saldo de irregularidades

Geraldo Magela

O cargo público que o novo ministro da Fazenda, Eliseu Rezende, exerceu por mais tempo — a direção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER) — deixou um pesado saldo de irregularidades e uma condenação no Tribunal de Contas da União (TCU), 17 anos atrás. Ontem pela manhã, o presidente Itamar Franco foi informado disso. Logo cedo, mal leu os jornais, um procurador do Tribunal telefonou para um amigo de Itamar, a fim de alertá-lo para o processo administrativo a que Eliseu Rezende fora submetido.

A nomeação de Rezende foi recebida com surpresa por ministros do Tribunal. Um deles lembrou que se a atual lei Orgânica do TCU já estivesse em vigor na época em que as contas foram julgadas, o novo ministro ficaria proibido de exercer qualquer função pública por prazo de cinco a oito anos.

Eliseu Rezende foi diretor do poderoso DNER de 1967 a 1973, quando o Brasil mais investiu na construção de estradas. A Transamazônica, a Perimetral Norte e a Ponte Rio-Niterói foram construídas, segundo apurou um extenso relatório do TCU, com grande “imprevisão administrativa e pulverização de recursos”. Em várias obras executadas na época, faltaram cronogramas financeiros e licitação para os contratos de publicidade. Um dos contratos assinados no período para a pavimentação de 52 quilômetros, por exemplo, teve seus custos aumentados em 6.000%, aponta o relatório final do TCU.

Prejuízos não calculados — O documento considerou a situação dos contratos “caótica”, e não conseguiu calcular os “grandes prejuízos financeiros” causados pelas irregularidades. Durante a longa sessão de julgamento das contas, o ministro Wagner Estelita classificou



Haddad cumprimenta o novo ministro da Fazenda, Eliseu Rezende

as irregularidades de “imperdoáveis desvios da corrupção”. O ministro Mauro Renault disse que ficara “impressionado com os abusos e a malversação de recursos públicos”. Ao final, Eliseu Rezende foi condenado a pagar multa de dez salários mínimos — equivalente à punição máxima prevista na legislação da época.

Eliseu Rezende ainda recorreu da punição, aprovada em julho de 1975, mas teve sua condenação reiterada em dezembro do mesmo ano. Mesmo condenado, Eliseu Rezende permaneceu no cargo e voltava às manchetes dos jornais dois anos depois, com uma nova fiscalização do TCU. Apesar de as contas não estarem “absolutamente regulares”, o processo foi arquivado. A segunda fiscalização — relativa aos últimos anos da administração do novo ministro do DNER — constatou a dispensa irregular de contrato publicitário com a empresa Mauro Salles Publicidade, a programação de obras sem cobertura financeira e o aumento dos preços de obras de até 40%.